



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORTÊS  
GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL

**DECRETO MUNICIPAL Nº 272, DE 19 DE SETEMBRO DE 2025**

*Dispõe sobre a concessão, pagamento e controle de diárias na Administração Pública Municipal, estabelece normas complementares para os membros do Conselho Tutelar do Município de Cortês, e dá outras providências.*

A **PREFEITA CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE CORTÊS**, Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições conferidas no artigo 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal;

**CONSIDERANDO** o disposto no art. 37, *caput*, da Constituição Federal, quanto aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência;

**CONSIDERANDO** a necessidade de disciplinar de forma padronizada e transparente os procedimentos de concessão, pagamento e prestação de contas das diárias concedidas a servidores públicos e conselheiros tutelares no âmbito do Poder Executivo Municipal;

**CONSIDERANDO** o disposto no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal nº 8.069/1990), especialmente nos artigos 131 a 137, que atribuem ao Conselho Tutelar a função de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente;

**CONSIDERANDO** que os membros do Conselho Tutelar exercem função pública relevante e autônoma, sujeita a deslocamentos frequentes para garantir a proteção de direitos infanto-juvenis, inclusive fora do território municipal;

**CONSIDERANDO** que o custeio das despesas com deslocamento dos conselheiros tutelares constitui obrigação do Município, conforme interpretação consolidada pelo Ministério Público, Tribunais de Contas e demais órgãos de controle;

**CONSIDERANDO** que a ausência de regulamentação pode comprometer a atuação eficaz e imediata do Conselho Tutelar, cuja natureza de plantão permanente exige clareza procedimental e celeridade na liberação de recursos;

**CONSIDERANDO** o Decreto Municipal nº 086/2022, que estabelece normas sobre requisição, conformidade, controle e prestação de contas de diárias;

**CONSIDERANDO** que, nos termos do Decreto Municipal nº 205/2024, que alterou o art. 2º do Decreto Municipal nº 086/2022, a participação de servidores e empregados públicos em processos administrativos nos quais o Município de Cortês seja parte interessada configura ato de serviço, fazendo jus à percepção de diárias e ao custeio integral de despesas de deslocamento, inclusive quando o comparecimento se der fora da sede de trabalho;

**CONSIDERANDO** que, nos termos do Decreto Municipal nº 205/2024, que alterou o art. 2º do Decreto Municipal nº 086/2022, nos casos em que o deslocamento envolver locomoção aérea e/ou hospedagem para o Distrito Federal, outros Estados



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORTÊS**  
GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL

da Federação ou países estrangeiros, o Município de Cortês arcará com os custos integrais de passagens e hospedagem, garantindo-se, adicionalmente, o valor integral das diárias para cobertura de despesas com alimentação e locomoção terrestre ou aquática no destino;

**CONSIDERANDO** as recomendações do Ministério Público de Pernambuco e as orientações do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco quanto à necessidade de controles rigorosos e transparência na concessão de diárias;

**CONSIDERANDO** que a adoção de regras claras para diárias assegura a legalidade, o controle interno, a moralidade administrativa e a segurança jurídica dos agentes públicos envolvidos,

**DECRETA:**

**CAPÍTULO I**  
**DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 1º** As diárias destinam-se a indenizar despesas com alimentação, hospedagem e locomoção urbana de servidores lotados e membros do conselho tutelar em deslocamentos temporários, a serviço, para fora da sede do Município no exercício de suas funções.

**CAPÍTULO II**  
**DO PROCEDIMENTO DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS**

**Art. 2º** A concessão de diárias observará as seguintes etapas:

I - requisição prévia, por meio do formulário constante no Anexo II do Decreto Municipal nº 086/2022, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, contendo:

- a) identificação do servidor ou conselheiro;
- b) justificativa e finalidade do deslocamento;
- c) informações quanto ao destino, período e previsão de custos;
- d) documento comprobatório que originou a necessidade do deslocamento;

II - autorização da autoridade competente;

III - encaminhamento à Controladoria Municipal para análise de conformidade;

IV - empenho e pagamento após conformidade;

V - prestação de contas em até 5 (cinco) dias úteis após o retorno, prorrogável por igual período, contendo:

- a) relatório das atividades realizadas;





**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORTÊS**  
GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL

- b) comprovantes de comparecimento;
- c) justificativas para alterações, se houver.

§ 1º A autoridade autorizadora e o servidor que encaminha a requisição respondem solidariamente pela veracidade das informações, nos termos do art. 2º, parágrafo único, do Decreto Municipal nº 086/2022.

§ 2º O prazo do inciso I do *caput* deste artigo será dispensado em situações emergenciais que envolvam:

I - cumprimento de ordem judicial, requisição do Ministério Público ou de autoridade policial;

II - risco à vida ou à integridade física de criança ou adolescente;

III - acompanhamento de criança ou adolescente em internação hospitalar urgente;

IV - busca e apreensão de criança ou adolescente em situação de risco iminente;

§ 3º Nas hipóteses do § 2º, a requisição formal será apresentada em até 48 (quarenta e oito) horas após o deslocamento.

§ 4º Fica vedado que no relatório de atividades conste menção a nomes ou elementos identificadores de criança ou adolescente, nos termos dos artigos 17 e 143 da Lei nº 8.069, de 1990.

**Art. 3º** Nos casos de mero protocolo de documentos ou sua obtenção, bem como para a colheita de informações de qualquer natureza perante órgãos públicos ou privados localizados em outros municípios, os Conselheiros Tutelares deverão adotar todos os meios eletrônicos disponíveis para a realização de tais atos.

§ 1º Será considerado nulo de pleno direito o requerimento de concessão de diária para os casos de que trata o *caput* deste artigo quando o conselheiro tutelar não comprovar a tentativa de adoção dos meios eletrônicos.

§ 2º Observada a situação prevista no § 1º deste artigo, a Controladoria do Município devolverá o procedimento ao requerente, motivando o motivo da devolução do pedido.

§ 3º Consideram-se meios eletrônicos disponíveis que devem ser utilizados:

- I - Sistema Eletrônico de Protocolo;
- II - Sítio Eletrônico de protocolo;
- III - E-mail institucional;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORTÊS**  
GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL

IV - Aplicativo de mensagens instantâneas;

V - Fax, ou fac-símile.

**Art. 4º** As concessões de diárias serão publicadas no Portal da Transparência em até 48 (quarenta e oito) horas, contendo:

I - nome e CPF do beneficiário;

II - cargo ou função;

III - destino completo;

IV - motivo do deslocamento;

V - período de afastamento;

VI - quantidade de diárias e valor unitário;

VII - valor total;

VIII - número do processo e do empenho;

IX - autoridade autorizadora.

§ 1º A publicação será mantida pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos.

§ 2º A Controladoria Municipal elaborará relatório trimestral consolidado.

### **CAPÍTULO III** **DAS DIÁRIAS DOS CONSELHEIROS TUTELARES**

**Art. 5º** A concessão de diárias aos membros do Conselho Tutelar observará os mesmos trâmites deste Decreto, bem como as disposições previstas neste capítulo.

**Art. 6º** A requisição, autorização e prestação de contas de diárias dos conselheiros tutelares será processada pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Combate à Fome.

Parágrafo único. As requisições também serão encaminhadas à Controladoria Municipal.

**Art. 7º** É vedado o deslocamento de conselheiros tutelares para estudos de caso, visitas domiciliares ou aplicação de medidas protetivas a crianças e adolescentes residentes em outro município, ressalvados os casos oriundos de:

I - determinação judicial expressa;

II - requisição formal do Poder Judiciário, do Ministério Público ou da Polícia





**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORTÊS**  
GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL

Judiciária;

III - acompanhamento de criança ou adolescente em processo de reintegração familiar;

IV - participação em operações conjuntas formalizadas;

V - busca de criança ou adolescente em situação de desaparecimento.

**Art. 8º** Os Conselheiros Tutelares somente farão *jus* ao recebimento diárias nos casos de deslocamentos vinculados às atribuições previstas no art. 136 da Lei nº 8.069/1990.

§ 1º São vedadas diárias para os casos de:

I - acompanhamento de excursões escolares ou atividades recreativas;

II - participação em eventos sociais sem caráter técnico;

III - deslocamentos de natureza pessoal;

IV - viagens substituíveis por videoconferência;

V - acúmulo com ajuda de custo;

VI - concessão retroativa, salvo situações emergenciais quando devidamente comprovadas e atendidos os procedimentos legalmente previstos;

VII - mais de 3 (três) deslocamentos consecutivos ao mesmo destino em um período de 30 (trinta) dias, salvo justo motivo devidamente comprovado e adequadamente instruído em procedimento competente.

§ 2º Nas hipóteses de eventual lacuna legislativa, conflito de normas ou qualquer dúvida razoável, a Controladoria Municipal poderá solicitar parecer técnico da Procuradoria Geral do Município.

**Art. 9º** Os valores das diárias serão fixados em tabela definida pelo Poder Executivo.

**Art. 10.** A Controladoria Municipal verificará:

I - compatibilidade entre o evento e as atribuições do cargo;

II - existência efetiva do evento;

III - inexistência de concessão de diária anterior para o mesmo destino em um período de 30 (trinta) dias, salvo justo motivo devidamente comprovado e adequadamente instruído em procedimento competente;

IV - previsão orçamentária e disponibilidade financeira;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORTÊS**  
GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL

V - regularidade de prestações de contas anteriores;

VI - inexistência de pendências do Conselheiro Tutelar junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – COMDICA.

§ 1º A Controladoria do Município emitirá manifestação em até 48 (quarenta e oito) horas, após o requerimento.

§ 2º Mensalmente, a Controladoria cruzará dados com registros de ponto, veículos oficiais e hospedagens.

**Art. 11.** As diárias dos Conselheiros Tutelares observarão ainda:

I - registro em livro de ocorrências do próprio Conselho Tutelar;

II - registro de informações e ocorrências no Sistema de Informação para a Infância e Adolescência – Conselho Tutelar – SIPIA-CT;

III - relatório mensal ao COMDICA;

IV - limitação de até 08 (oito) diárias mensais por conselheiro.

Parágrafo único. O COMDICA emitirá relatório anual acerca dos relatórios mensais enviados pelo Conselho Tutelar.

#### **CAPÍTULO IV** **DO CONTROLE E DAS SANÇÕES**

**Art. 12.** A Comissão de Prestação de Contas terá 10 (dez) dias úteis para avaliar a documentação.

**Art. 13.** Em caso de omissão, contradição ou pendências de qualquer natureza, o servidor requerente será notificado para apresentar defesa em até 5 (cinco) dias úteis.

**Art. 14.** A não apresentação da prestação de contas ensejará:

I - emissão de parecer fundamentado;

II - cobrança administrativa;

III - anulação dos valores;

IV - instauração de Tomada de Contas, nos termos da legislação aplicável, para apuração dos valores devidos e responsabilidade administrativa do servidor ou conselheiro.

**Art. 15.** A Controladoria Geral do Município poderá, a qualquer tempo, solicitar diligências ou documentos.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORTÊS**  
GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL

---

**Art. 16.** A secretaria demandante manterá controle atualizado sobre os requerimentos, responsabilizando-se pelo cumprimento dos prazos.

**Art. 17.** Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Cortês-PE, 19 de setembro de 2025, 71º de Emancipação Política.

  
**MARIA DE FÁTIMA CYSNEIROS SAMPAIO BORBA**  
Prefeita do Município de Cortês

---

**ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**MUNICÍPIO DE CORTÊS**

---

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORTÊS - GABINETE DA PREFEITA**  
**DECRETO MUNICIPAL Nº 272, DE 19 DE SETEMBRO DE 2025**

*Dispõe sobre a concessão, pagamento e controle de diárias na Administração Pública Municipal, estabelece normas complementares para os membros do Conselho Tutelar do Município de Cortês, e dá outras providências.*

**A PREFEITA CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE CORTÊS**, Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições conferidas no artigo 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal;

**CONSIDERANDO** o disposto no art. 37, *caput*, da Constituição Federal, quanto aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência;

**CONSIDERANDO** a necessidade de disciplinar de forma padronizada e transparente os procedimentos de concessão, pagamento e prestação de contas das diárias concedidas a servidores públicos e conselheiros tutelares no âmbito do Poder Executivo Municipal;

**CONSIDERANDO** o disposto no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal nº 8.069/1990), especialmente nos artigos 131 a 137, que atribuem ao Conselho Tutelar a função de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente;

**CONSIDERANDO** que os membros do Conselho Tutelar exercem função pública relevante e autônoma, sujeita a deslocamentos frequentes para garantir a proteção de direitos infanto-juvenis, inclusive fora do território municipal;

**CONSIDERANDO** que o custeio das despesas com deslocamento dos conselheiros tutelares constitui obrigação do Município, conforme interpretação consolidada pelo Ministério Público, Tribunais de Contas e demais órgãos de controle;

**CONSIDERANDO** que a ausência de regulamentação pode comprometer a atuação eficaz e imediata do Conselho Tutelar, cuja natureza de plantão permanente exige clareza procedimental e celeridade na liberação de recursos;

**CONSIDERANDO** o Decreto Municipal nº 086/2022, que estabelece normas sobre requisição, conformidade, controle e prestação de contas de diárias;

**CONSIDERANDO** que, nos termos do Decreto Municipal nº 205/2024, que alterou o art. 2º do Decreto Municipal nº 086/2022, a participação de servidores e empregados públicos em processos administrativos nos quais o Município de Cortês seja parte interessada configura ato de serviço, fazendo jus à percepção de diárias e ao custeio integral de despesas de deslocamento, inclusive quando o comparecimento se der fora da sede de trabalho;

**CONSIDERANDO** que, nos termos do Decreto Municipal nº 205/2024, que alterou o art. 2º do Decreto Municipal nº 086/2022, nos casos em que o deslocamento envolver locomoção aérea e/ou hospedagem para o Distrito Federal, outros Estados da Federação ou países estrangeiros, o Município de Cortês arcará com os custos integrais de passagens e hospedagem, garantindo-se, adicionalmente, o valor integral das diárias para cobertura de despesas com alimentação e locomoção terrestre ou aquática no destino;



**CONSIDERANDO** as recomendações do Ministério Público de Pernambuco e as orientações do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco quanto à necessidade de controles rigorosos e transparência na concessão de diárias;

**CONSIDERANDO** que a adoção de regras claras para diárias assegura a legalidade, o controle interno, a moralidade administrativa e a segurança jurídica dos agentes públicos envolvidos,

**DECRETA:**

## **CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 1º** As diárias destinam-se a indenizar despesas com alimentação, hospedagem e locomoção urbana de servidores lotados e membros do conselho tutelar em deslocamentos temporários, a serviço, para fora da sede do Município no exercício de suas funções.

## **CAPÍTULO II DO PROCEDIMENTO DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS**

**Art. 2º** A concessão de diárias observará as seguintes etapas:

I - requisição prévia, por meio do formulário constante no Anexo II do Decreto Municipal nº 086/2022, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, contendo:

- a) identificação do servidor ou conselheiro;
- b) justificativa e finalidade do deslocamento;
- c) informações quanto ao destino, período e previsão de custos;
- d) documento comprobatório que originou a necessidade do deslocamento;

II - autorização da autoridade competente;

III - encaminhamento à Controladoria Municipal para análise de conformidade;

IV - empenho e pagamento após conformidade;

V - prestação de contas em até 5 (cinco) dias úteis após o retorno, prorrogável por igual período, contendo:

- a) relatório das atividades realizadas;
- b) comprovantes de comparecimento;
- c) justificativas para alterações, se houver.

§ 1º A autoridade autorizadora e o servidor que encaminha a requisição respondem solidariamente pela veracidade das informações, nos termos do art. 2º, parágrafo único, do Decreto Municipal nº 086/2022.

§ 2º O prazo do inciso I do caput deste artigo será dispensado em situações emergenciais que envolvam:

I - cumprimento de ordem judicial, requisição do Ministério Público ou de autoridade policial;

II - risco à vida ou à integridade física de criança ou adolescente;

III - acompanhamento de criança ou adolescente em internação hospitalar urgente;

IV - busca e apreensão de criança ou adolescente em situação de risco iminente;

§ 3º Nas hipóteses do § 2º, a requisição formal será apresentada em até 48 (quarenta e oito) horas após o deslocamento.

§ 4º Fica vedado que no relatório de atividades conste menção a nomes ou elementos identificadores de criança ou adolescente, nos termos dos artigos 17 e 143 da Lei nº 8.069, de 1990.

**Art. 3º** Nos casos de mero protocolo de documentos ou sua obtenção, bem como para a colheita de informações de qualquer natureza perante órgãos públicos ou privados localizados em outros municípios, os Conselheiros Tutelares deverão adotar todos os meios eletrônicos disponíveis para a realização de tais atos.

§ 1º Será considerado nulo de pleno direito o requerimento de concessão de diária para os casos de que trata o caput deste artigo quando o conselheiro tutelar não comprovar a tentativa de adoção dos meios eletrônicos.

§ 2º Observada a situação prevista no § 1º deste artigo, a Controladoria do Município devolverá o procedimento ao requerente, motivando o motivo da devolução do pedido.

§ 3º Consideram-se meios eletrônicos disponíveis que devem ser utilizados:

- I - Sistema Eletrônico de Protocolo;
- II - Sítio Eletrônico de protocolo;
- III - E-mail institucional;
- IV - Aplicativo de mensagens instantâneas;
- V - Fax, ou fac-símile.

**Art. 4º** As concessões de diárias serão publicadas no Portal da Transparência em até 48 (quarenta e oito) horas, contendo:

- I - nome e CPF do beneficiário;
- II - cargo ou função;
- III - destino completo;
- IV - motivo do deslocamento;
- V - período de afastamento;
- VI - quantidade de diárias e valor unitário;
- VII - valor total;
- VIII - número do processo e do empenho;
- IX - autoridade autorizadora.

§ 1º A publicação será mantida pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos.

§ 2º A Controladoria Municipal elaborará relatório trimestral consolidado.

### **CAPÍTULO III DAS DIÁRIAS DOS CONSELHEIROS TUTELARES**

**Art. 5º** A concessão de diárias aos membros do Conselho Tutelar observará os mesmos trâmites deste Decreto, bem como as disposições previstas neste capítulo.

**Art. 6º** A requisição, autorização e prestação de contas de diárias dos conselheiros tutelares será processada pela

Secretaria Municipal de Assistência Social e Combate à Fome.

Parágrafo único. As requisições também serão encaminhadas à Controladoria Municipal.

**Art. 7º** É vedado o deslocamento de conselheiros tutelares para estudos de caso, visitas domiciliares ou aplicação de medidas protetivas a crianças e adolescentes residentes em outro município, ressalvados os casos oriundos de:

I - determinação judicial expressa;

II - requisição formal do Poder Judiciário, do Ministério Público ou da Polícia Judiciária;

III - acompanhamento de criança ou adolescente em processo de reintegração familiar;

IV - participação em operações conjuntas formalizadas;

V - busca de criança ou adolescente em situação de desaparecimento.

**Art. 8º** Os Conselheiros Tutelares somente farão jus ao recebimento diárias nos casos de deslocamentos vinculados às atribuições previstas no art. 136 da Lei nº 8.069/1990.

§ 1º São vedadas diárias para os casos de:

I - acompanhamento de excursões escolares ou atividades recreativas;

II - participação em eventos sociais sem caráter técnico;

III - deslocamentos de natureza pessoal;

IV - viagens substituíveis por videoconferência;

V - acúmulo com ajuda de custo;

VI - concessão retroativa, salvo situações emergenciais quando devidamente comprovadas e atendidos os procedimentos legalmente previstos;

VII - mais de 3 (três) deslocamentos consecutivos ao mesmo destino em um período de 30 (trinta) dias, salvo justo motivo devidamente comprovado e adequadamente instruído em procedimento competente.

§ 2º Nas hipóteses de eventual lacuna legislativa, conflito de normas ou qualquer dúvida razoável, a Controladoria Municipal poderá solicitar parecer técnico da Procuradoria Geral do Município.

**Art. 9º** Os valores das diárias serão fixados em tabela definida pelo Poder Executivo.

**Art. 10.** A Controladoria Municipal verificará:

I - compatibilidade entre o evento e as atribuições do cargo;

II - existência efetiva do evento;

III - inexistência de concessão de diária anterior para o mesmo destino em um período de 30 (trinta) dias, salvo justo motivo devidamente comprovado e adequadamente instruído em procedimento competente;

IV - previsão orçamentária e disponibilidade financeira;

V - regularidade de prestações de contas anteriores;

VI - inexistência de pendências do Conselheiro Tutelar junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente



– COMDICA.

§ 1º A Controladoria do Município emitirá manifestação em até 48 (quarenta e oito) horas, após o requerimento.

§ 2º Mensalmente, a Controladoria cruzará dados com registros de ponto, veículos oficiais e hospedagens.

**Art. 11.** As diárias dos Conselheiros Tutelares observarão ainda:

I - registro em livro de ocorrências do próprio Conselho Tutelar;

II - registro de informações e ocorrências no Sistema de Informação para a Infância e Adolescência – Conselho Tutelar – SIPIA-CT;

III - relatório mensal ao COMDICA;

IV - limitação de até 08 (oito) diárias mensais por conselheiro.

Parágrafo único. O COMDICA. emitirá relatório anual acerca dos relatórios mensais enviados pelo Conselho Tutelar.

#### **CAPÍTULO IV DO CONTROLE E DAS SANÇÕES**

**Art. 12.** A Comissão de Prestação de Contas terá 10 (dez) dias úteis para avaliar a documentação.

**Art. 13.** Em caso de omissão, contradição ou pendências de qualquer natureza, o servidor requerente será notificado para apresentar defesa em até 5 (cinco) dias úteis.

**Art. 14.** A não apresentação da prestação de contas ensejará:

I - emissão de parecer fundamentado;

II - cobrança administrativa;

III - anulação dos valores;

IV - instauração de Tomada de Contas, nos termos da legislação aplicável, para apuração dos valores devidos e responsabilidade administrativa do servidor ou conselheiro.

**Art. 15.** A Controladoria Geral do Município poderá, a qualquer tempo, solicitar diligências ou documentos.

**Art. 16.** A secretaria demandante manterá controle atualizado sobre os requerimentos, responsabilizando-se pelo cumprimento dos prazos.

**Art. 17.** Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Cortês-PE, 19 de setembro de 2025, 71º de Emancipação Política.

**MARIA DE FÁTIMA CYSNEIROS SAMPAIO BORBA**  
Prefeita do Município de Cortês

**Publicado por:**  
Otávio Miécio Santos Sampaio  
**Código Identificador:**AA0868BF

---

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Pernambuco no dia 28/11/2025. Edição 3981  
A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:  
<https://www.diariomunicipal.com.br/amupe/>